

*Apensados*

---

---

---

---

---

---

## **COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA**

### **Sugestão Nº 83, DE 2013**

(CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP – Em 09/07/2013)

#### **EMENTA:**

“Sugere a realização de 3 (três) eventos, no âmbito da Comissão de Legislação Participativa, com o objetivo de debater temas relacionados com o Controle Social da Política de Proteção de Defesa Civil”.

#### **DISTRIBUIÇÃO / REDISTRIBUIÇÃO / VISTA**

A(o) Sr(a). Deputado(a): \_\_\_\_\_ Presidente: \_\_\_\_\_

Comissão de Legislação Participativa: Em: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

A(o) Sr(a). Deputado(a): \_\_\_\_\_ Presidente: \_\_\_\_\_

Comissão de Legislação Participativa: Em: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

A(o) Sr(a). Deputado(a): \_\_\_\_\_ Presidente: \_\_\_\_\_

Comissão de Legislação Participativa: Em: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

A(o) Sr(a). Deputado(a): \_\_\_\_\_ Presidente: \_\_\_\_\_

Comissão de Legislação Participativa: Em: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

A(o) Sr(a). Deputado(a): \_\_\_\_\_ Presidente: \_\_\_\_\_

Comissão de Legislação Participativa: Em: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

PARECER:

DATA DE SAÍDA:



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

**SUGESTÃO N° 83/2013  
CADASTRO DA ENTIDADE**

**Denominação:** Conselho Federal de Psicologia - CFP.

**CNPJ:** 00.393.272/0001.07

**Tipos de Entidades:** ( ) Associação ( ) Federação ( ) Sindicato  
( ) ONG ( ) Confederação ( ) Outros ( x )

**Endereço:** SAF SUL, QUADRA 2, LOTE 2, BLOCO B, ED. VIA OFFICE, TÉRREO, SALA 104.

**Cidade:** Brasília **Estado:** DF **CEP.:** 70070-600

**Fone/Fax:** (61) 2109-0100/ 2109-0150

**Correio-eletrônico:** [federal@cfp.org.br](mailto:federal@cfp.org.br)

**Responsável:** Humberto Verona - Presidente

**DECLARAÇÃO**

Declaro para os devidos fins que a documentação especificada nos Incisos "I" e "II" do art. 2º do Regulamento Interno da Comissão de Legislação Participativa, da Associação supramencionada, encontra-se regularizada até a presente data e arquivada nesta Comissão à disposição de qualquer interessado.

Brasília, DF, 09 de julho de 2013.

Claudio Ribeiro Paes  
Secretário



Ofício nº 01161-13/CRI-CFP

Brasília, 4 de julho de 2013.

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado GLAUBER BRAGA – PSB/RJ  
Câmara dos Deputados - Gabinete: 362 - Anexo: IV  
E-mail: [dep.glauberbraga@camara.leg.br](mailto:dep.glauberbraga@camara.leg.br)

Assunto: Proposta de Realização de Atividades para o Controle Social da Política de Proteção de Defesa Civil

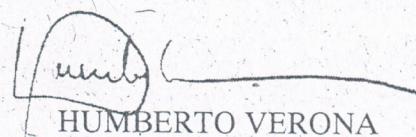
Prezado Deputado,

1. O Conselho Federal de Psicologia encaminha, em nome da **Articulação Nacional para o Controle Social da Política de Proteção e Defesa Civil**, proposta de atividades a ser realizada no âmbito da Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados.
2. Desde 2011, um conjunto de organizações sociais começou a se articular com o fim de trabalhar em colaboração para a construção de um mecanismo de controle social sobre a política pública de Defesa Civil. Essa iniciativa inclui cerca de trinta organizações, entre representações de movimentos de afetados por desastres, organizações não governamentais, conselhos profissionais, dentre outros. Essa iniciativa foi nominada **Articulação Nacional para o Controle Social de Proteção e Defesa Civil**.
3. A coordenação da Articulação Nacional para o Controle Social de Proteção e Defesa Civil cabe a três das organizações participantes, quais sejam a Cáritas Brasileira, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) e o Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA).
4. Conforme a programação em anexo, propomos a realização das três atividades descritas a saber: a) *Seminário Nacional Participação da Sociedade na Política de Proteção e Defesa Civil*; b) *Audiência Pública de Avaliação do Primeiro Ano de Promulgação da Nova Lei de Proteção e Defesa Civil* e c) *Conferência Temática Preparatória para Conferência Nacional do Meio Ambiente*.
5. Ao agendamento das atividades propostas, sugerimos a realização das atividades conforme os detalhes de programação descritas no documento anexo.
6. Observamos que, para efeito da representação das organizações integrantes da Coordenação da Articulação Nacional para o Controle Social da Política de Proteção e Defesa Civil nas demais atividades propostas na programação, CFP e CONFEA serão debatedores dos trabalhos.



Estamos à disposição para outros esclarecimentos.

Atenciosamente,



HUMBERTO VERONA

Presidente



## 1. SEMINÁRIO NACIONAL

# PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE NA POLÍTICA DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

## INICIATIVA DA ARTICULAÇÃO NACIONAL PARA O CONTROLE SOCIAL DA POLÍTICA DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

### APOIO CÂMARA DOS DEPUTADOS E DEPUTADO GLAUBER BRAGA

Brasília, quinta-feira de agosto de 2013 (data a ser definida)

#### JUSTIFICATIVA

A Proteção e Defesa Civil é agenda fundamental nas políticas direcionadas à prevenção e redução do sofrimento humano decorrente de desastres climáticos e sócio-ambientais no país. Para além do direcionamento de políticas governamentais de prevenção a emergências e desastres e dos marcos legais conquistados no Estatuto de Proteção Civil, a nova lei da proteção civil aponta a necessidade da difusão de uma cultura de autoproteção e de defesa civil comunitária. Com isso, queda reafirmada a necessidade da participação social na efetivação de uma política nacional de prevenção e defesa civil de caráter democrático, participativo e consolidado nas especificidades e em respeito aos contextos e decisões da comunidade. A sociedade precisa ser incluída no debate sobre a Política Pública de Proteção e Defesa Civil, devendo esta ser pautada, em suas proposições legais e ações governamentais, pelo controle social.

#### OBJETIVO GERAL

Estabelecer acordos entre as representações da sociedade civil acerca da melhor forma de exercitar o controle social sobre a política pública de Defesa Civil visando ao posicionamento da sociedade sobre a legislação e as ações governamentais dirigidas tanto à prevenção quanto aos afetados por desastres sócio-ambientais e climáticos.

#### Objetivos específicos:

- Debater a Legislação e as ações governamentais em atenção às emergências e desastres sócio-ambientais no país;
- Avaliar a conjuntura da participação social nas Políticas de Proteção e Defesa Civil e;
- Comunicar o posicionamento das organizações e movimentos de afetados em desastres pelo controle social na Política de Proteção e Defesa Civil.

## PROGRAMAÇÃO

Primeiro dia

9:00 Horas

### Abertura

Lincoln Portela – Presidente da Comissão de Legislação Participativa

Glauber Braga – Relator na Câmara do Estatuto de Proteção Civil

José Magalhães – Articulação Nacional para o Controle Social de Proteção e Defesa Civil

9:30 Horas

### Mesa 1: Fortalecendo a participação social na Política de Proteção e Defesa Civil

Maria do Socorro de Souza – Presidenta do Conselho Nacional de Saúde (CNS)

Pedro Pontual – Diretor do Departamento de Participação Social da Secretaria Nacional de Articulação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República

12:00 Horas - Intervalo

14:00 Horas

### Mesa 2: formas de organização da sociedade na Proteção e Defesa Civil

Tatjana Reichert – Movimento Nacional de Afetados por Desastres Socioambientais (MONADES)

José Magalhães – Cáritas Brasileira

Marcos Ferreira – Associação Brasileira de Psicologia em Emergências e Desastres (ABREPEDE)

Grupo de Trabalho: Reunião das organizações presentes para organização da participação na Proteção e Defesa Civil

16:00 Horas

## 2. AUDIÊNCIA PÚBLICA DE AVALIAÇÃO DO PRIMEIRO ANO DE PROMULGAÇÃO DA NOVA LEI DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

Brasília, 9:00 horas de sexta-feira de agosto de 2013 (data a ser definida)

### Objetivo geral

Inserir na agenda legislativa e no debate público as organizações e movimentos sociais pelo Controle Social das Políticas de Proteção e Defesa Civil, permitindo a articulação das proposições e posicionamento da sociedade sobre a legislação e as ações governamentais dirigidas tanto à prevenção quanto aos afetados por desastres sócio-ambientais e climáticos.

## Objetivos específicos

- Identificar pontos fortes e pontos fracos no cumprimento do disposto na Lei 12.608, após um ano de sua promulgação;
- Identificar possíveis necessidades de aprimoramento do marco legal da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil;
- Verificar o andamento da construção de uma cultura de proteção civil no Brasil;
- Avaliar a evolução da concepção de Defesa Civil desde a antiga Política Nacional até a atual Política de Proteção e Defesa Civil.

Mesa da Audiência Pública

Presidência: Deputado Glauber Braga, requerente da Audiência Pública

Fernando Coelho, Ministério da Integração

Carlos Afonso Nobre, Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação

Gilberto Carvalho, Secretaria-Geral da Presidência da República

José Magalhães, Cáritas Brasileira

José Tadeu da Silva, Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA)

Humberto Verona, Conselho Federal de Psicologia (CFP)

Demais autoridades da Câmara Federal

Horário: do segundo dia de agosto de 2013

## 3. Conferência Temática preparatória para Conferência Nacional do Meio Ambiente

Horário e local:

14 horas de sexta-feira de agosto de 2013, Interlegis

Promoção: Articulação Nacional do Controle Social da Proteção e  
Defesa Civil

Apoio: Deputado Glauber Rocha  
Câmara Federal

### Objetivo Geral:

Estabelecer contribuição para os debates da Conferência Nacional de Meio Ambiente, especialmente no que diz respeito ao agravante da má destinação de resíduos sólidos nas cidades brasileiras quando da ocorrência de um desastre socioambiental.

### Objetivos específicos:

- Promover a produção de discussão sobre a transversalidade da política pública de proteção e defesa civil;
- Agregar atores sociais ao movimento de controle social da política pública de proteção e defesa civil;
- Convocar atores sociais à participação na II Conferência Nacional de Proteção e Defesa Civil;
- Imprimir uma dinâmica nacional ao debate desses temas por meio da participação de atores de todos os estados brasileiros.